



On the road, construindo pontes: o projeto de interiorização do arquivo público do Paraná e os arquivos municipais paranaenses

Maria da Graça Simão¹

Resumo:

Trata-se de um relato de experiência que visa apresentar o Projeto de Interiorização do Arquivo Público do Paraná, uma expansão do seu Programa de Gestão de Documentos (PGD), que busca orientar servidores públicos municipais sobre a forma mais adequada de preservar e organizar acervos documentais, uniformizando as práticas arquivísticas, com o intuito de formar um Sistema Estadual de Arquivos.

Palavras-chave: gestão documental; arquivos municipais; interiorização; Paraná; preservação.

On the road, building bridges: the project of interiorization of the Paraná public archive and the municipal archives of Paraná

Abstract:

This is an experience report that aims to present the Paraná Public Archive Interiorization Project, an expansion of its Document Management Program (PGD) that seeks to guide municipal public servants on the most appropriate way to preserve and organize collections, unifying the archival practices, with the intention of forming a State System of Archives.

Keywords: document management; municipal archives; interiorization; Paraná; preservation.

¹ Mestra em Gestão da Informação (Universidade Estadual de Londrina) e Diretora do Departamento Estadual de Arquivo Público. E-mail: gracasimao@uol.com.br

Introdução

O papel do gestor público é construir pontes com todos os setores da sociedade, para concretizar ações que beneficiem a vida das pessoas, permitam o acesso à informação e deem consistência e transparência às ações governamentais.

O Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), criado pela Lei Provincial nº 33, de 07 de abril de 1855, integra a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência do Estado do Paraná, e tem por missão a organização, a guarda, a gestão, a conservação e a preservação de documentos públicos que, por sua importância, originalidade, natureza ou valor histórico requeiram procedimentos técnicos específicos, a fim de promover o acesso rápido e seguro às informações de interesse da administração pública e do cidadão.

Hoje, além de reunir a documentação referente à memória do poder público, o DEAP tem a responsabilidade de executar a administração do patrimônio documental do Estado, implementando a política de arquivos no âmbito do Poder Executivo, por meio da gestão de acervos públicos, em conformidade com as legislações federal e estadual vigentes. Neste sentido, vem realizando grande esforço para demonstrar a capacidade de assumir uma postura ativa, visando atender as demandas que, na atualidade, se configuram as mais diversas, e enaltecer a imprescindibilidade da realização de um trabalho técnico sempre atualizado, pautado nas necessidades e no reconhecimento do usuário e da sociedade.

No Paraná, o Arquivo Público implantou o Programa de Gestão de Documentos (PGD) que é desenvolvido nas Secretarias de Estado e demais órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da ação governamental, mediante a racionalização e o tratamento adequado da massa documental acumulada por estas instituições - e, hoje, este é seu principal programa (Departamento Estadual de Arquivo Público, 2018). A preocupação do Arquivo em aplicá-lo, também, nas administrações municipais, se tem manifestado na demanda por parte dos órgãos produtores em melhorar o acesso, valorizar e compartilhar informações e no reconhecimento de que há um órgão na estrutura estadual - o DEAP - com a missão específica de orientá-los nessa tarefa.

A ação efetiva do PGD traz consigo a necessidade de capacitar o servidor público, responsável pela criação e pelo gerenciamento da massa documental, para a adoção de normas que facilitem e deem segurança às atividades diárias de produção, tramitação e destinação de documentos oficiais.

O projeto de interiorização do arquivo público do Paraná

O Projeto de Interiorização do Arquivo Público do Paraná, uma expansão do seu Programa de Gestão de Documentos (PGD), busca orientar servidores públicos municipais sobre a forma mais adequada de preservar e organizar acervos documentais, uniformizando as práticas arquivísticas, com o intuito de se formar um Sistema Estadual de Arquivos (Conselho Nacional de Arquivos, 2014b).

Fonte de informação valiosa em um município, o arquivo público pode ser fundamental para a melhoria da boa governança e para o atendimento das demandas relacionadas à cidadania, com informações sobre os atos governamentais, andamento e solução de questões administrativas, econômicas e jurídicas, dentre outras. Por outro lado, é também "um equipamento público estratégico para o apoio à tomada de decisões, transparência e eficiência administrativas, bem como um serviço de informação que provê os seus cidadãos de instrumentos e meios para a defesa e garantia de direitos individuais e coletivos" (Conselho Nacional de Arquivos, 2014a, p. 03).

Este projeto, iniciado no final de 2017, alcançou 34 prefeituras do Estado do Paraná, tendo sido percorridos 1.850 km da Região Metropolitana de Curitiba e da Região Litorânea, onde foram realizados diagnósticos individualizados de cada município com relação à organização de seus arquivos, tornando possível identificar pontos em comum, permitindo padronizar orientações e procedimentos quanto aos seguintes aspectos: formação de Comissão Setorial de Avaliação de Documentos; organização e estruturação física do arquivo municipal; adequação dos recursos humanos e do espaço físico; processos de digitalização de documentos; conservação e preservação documental.

Os objetivos deste projeto são: possibilitar a organização dos documentos no âmbito da Administração Pública Municipal, estimulando a implementação de programas de gestão de documentos e informações públicas no âmbito das prefeituras; garantir o acesso às informações entre a instituição pública e os cidadãos; servir como instrumento para o exercício pleno da cidadania; contribuir para a constituição e a preservação da memória municipal; promover a transparência dos atos do Poder Público por meio da documentação, com vistas a torná-los mais visíveis e eficazes; apoiar no processo decisório quanto a questões legais; formar uma rede de arquivos para compartilhamento de informações.

Conclusões

Para o Arquivo Público do Paraná os resultados alcançados com seu Projeto de Interiorização foram satisfatórios, pois se mostrou importante e eficiente meio de diálogo com a municipalidade. Após criteriosa análise e diagnóstico dos arquivos visitados, constatou-se que todas as 34 Prefeituras Municipais abrangidas pelo projeto já estão aptas a aderirem à metodologia arquivística do DEAP, pautada no Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná.

Em 2019 este projeto terá continuidade e se estenderá para outras regiões do território paranaense, em razão da importância de se ter e perceber os arquivos públicos municipais como ferramentas de gestão indispensáveis para o apoio à tomada de decisões, transparência e eficiência administrativas, além de se configurarem como serviços de informação fundamentais para que os cidadãos exerçam a defesa de seus direitos. Sem dúvida, é na esfera municipal que os cidadãos estão cotidianamente em contato com o Poder Público. A ausência de um arquivo público municipal na estrutura da administração local representa não só uma desarmonia em relação à Lei nº 8.159/91, mas, principalmente, um obstáculo à garantia de efetividade dos preceitos constitucionais regulamentados pela Lei de Acesso à Informação.

Por outro lado, este relato permitiu demonstrar que os arquivos públicos estaduais podem ir além de suas fronteiras físicas. Promovendo o interrelacionamento, o intercâmbio e a integração sistêmica das atividades arquivísticas, ao interligar todos os municípios que tenham arquivos, será possível viabilizar a formação de um Sistema Estadual de Arquivos no Paraná.

O Projeto de Interiorização do DEAP permitiu vislumbrar novos caminhos: interagindo, orientando, difundindo, compartilhando e trocando informações e conhecimentos - ***on the road e construindo pontes*** - salvaguardar-se-á com muita determinação o patrimônio documental para a sociedade, permitindo manter vivas a história, a cultura e a memória paranaenses.

Referências bibliográficas

Conselho Nacional de Arquivos. (2014a). *Guia resumido de como criar um arquivo público municipal: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*. Rio de Janeiro.

Conselho Nacional de Arquivos. (2014b). *Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania*. Rio de Janeiro.

Departamento Estadual de Arquivo Público. (2018). *Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná*. (4ª ed.). Curitiba: Imprensa Oficial.